

Ata da 16ª reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, ocorrida em 16 de agosto de 2004, 2ª feira, às 15 horas, na sala de reuniões do 2º andar do Ministério da Ciência e Tecnologia

O Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, abriu a reunião, agradecendo a presença dos membros da Comissão e informando que o Ministro Eduardo Campos não poderia comparecer. Informou que inicialmente, seria feita uma apresentação sobre mercado de carbono pela Bolsa de Mercadorias & Futuros, após a qual a reunião prosseguiria em caráter fechado para deliberação sobre os outros assuntos da agenda.

1. Apresentação da Bolsa de Mercadorias & Futuros sobre mercado de carbono

O Srs. Aílton Coentro Filho, Diretor de Fomento e Desenvolvimento de Mercado e Guilherme Magalhães Fagundes, Assessor da Diretoria de Fomento e Desenvolvimento de Mercado da BMF fizeram a apresentação que cobriu os aspectos de organização, regulamentação do mercado de carbono e de um sistema de registro de projetos, salientando a necessidade de assegurar a confiança dos agentes. Foi distribuído um resumo da apresentação.

2. Inclusão do Ministério das Cidades na Comissão

O Dr. Miguez informou que a Secretaria Executiva recebeu um ofício do Sr. Ministro das Cidades com a indicação dos Senhores Renato Boareto e Sérgio Bueno da Fonseca como titulares e suplentes respectivamente do Ministério na Comissão. Informou também que o decreto de alteração da constituição da Comissão ainda não havia sido publicado mas que, de toda forma, os representante do Ministério das Cidades foi convidado a participar da reunião.

O Sr. Sérgio Bueno da Fonseca, representante suplente indicado pelo Ministério das Cidades, fez uso da palavra, agradecendo o convite e afirmando o objetivo do Ministério das Cidades de apoiar os trabalhos da Comissão e ressaltando a colaboração sobre o tema já existente com o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Meio Ambiente.

3. Aprovação da ata da 15ª reunião e da ata da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial

As minutas de ata foram enviadas com antecedência aos membros da Comissão. Não havendo comentários dos presentes as atas foram consideradas aprovadas.

4. Relato sobre a reunião dos Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, realizada de 16 a 25 de junho em Bonn, Alemanha

O Conselheiro André Correa do Lago, representante suplente do MRE fez um relato sucinto da reunião. Salientou que o principal resultado havia sido o progresso na regulamentação dos projetos de pequena escala de florestamento e reflorestamento no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto. Assinalou a participação ativa da delegação

brasileira nas discussões e seu papel importante e reconhecido na coordenação das posições no Grupo dos 77 e China. Aproveitou a oportunidade para agradecer e reiterar a importância da participação dos ministérios no processo preparatório para as reuniões da Convenção.

5. Análise de projetos submetidos à Comissão

O Secretário Executivo lembrou que o Projeto Jalles Machado havia sido submetido antes da reunião anterior e por esse motivo sua aprovação poderia ser deliberada. Informou que além do parecer da Secretaria Executiva havia recebido pareceres do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura.

Observou que o parecer da Secretaria Executiva é no sentido de o projeto contribuir para o desenvolvimento sustentável, mas que dois problemas haviam surgido: que a metodologia usada, apesar de aprovada não havia sido publicada pelo Conselho Executivo do MDL; e que os comentários dos *stakeholders* internacionais ainda não tinham sido incorporados no relatório de validação, entendendo-se, portanto que o relatório de validação submetido à Comissão Interministerial seria apenas um relatório de validação preliminar, com ressalvas.

Sugeriu a possibilidade de criação de uma categoria específica para projetos que estivessem aguardando documentação definitiva.

O Dr. Ruy de Góes, representante do MMA, observou que o MMA analisou o projeto e considerava seus resultados interessantes. Tinha sido identificada a ausência de algumas cartas convites e o fato de uma das licenças ambientais estar vencida.

O Dr. João Salomão, representante do Ministério da Agricultura observou que o projeto, tecnicamente, atende os requisitos. Mencionou, entretanto, a preocupação com a queima da cana de açúcar e que gostaria de pedir esclarecimentos adicionais aos proponentes do projeto.

O Dr. Miguez propôs que o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura enviassem por escrito os pedidos de esclarecimento para que eles fossem incorporados em um ofício da Secretaria Executiva para os proponentes do projeto.

O Dr. Miguez observou que recebeu pedido de projeto já aprovado para modificação da lista de proponentes do projeto no documento de projeto publicado na página da Comissão Interministerial na Internet. Isso seria necessário, pois a carta de aprovação está associada ao projeto contido na página. Em função disso, solicitou aos presentes orientação para procedimento nesses casos. Foi acordado que nos casos em que o Secretário Executivo julgasse que as modificações fossem de ordem que não afetassem a avaliação do projeto, elas poderiam ser feitas e comunicadas aos membros da Comissão. Caso algum membro da Comissão julgasse necessário, comunicaria ao Secretário Executivo a necessidade de deliberação em reunião.

6. Discussão sobre a submissão da Comunicação Inicial do Brasil à Convenção Quadro da ONU sobre Mudança do Clima

O Conselheiro André do Lago, do MRE relatou que a Comunicação Nacional do Brasil já deveria ter sido submetida à Convenção de Mudança do Clima. Observou que o atraso da submissão tinha também uma razão política, compartilhada pela Índia e pela China e estava também associada à expectativa de entrada em vigor do Protocolo de Quioto, mas que a pressão pela submissão era

crescente, mais ainda após a apresentação da Comunicação Nacional da Índia em junho. Desta forma era oportuna a discussão dessa questão. Observou que haveria uma reunião com uma delegação da China na semana seguinte e que era necessária uma deliberação da Presidência da República.

O Dr. Miguez informou que o texto da Comunicação Nacional estava em edição final. Descreveu sucintamente seu conteúdo, dividido em três partes: Circunstâncias Nacionais; Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal; e Descrição das Providências Previstas ou Tomadas para a Implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima no Brasil. Ressaltou que a Comunicação Nacional era o resultado da colaboração de mais de 100 instituições e mais de 700 especialistas.

O Dr. Ruy observou que a Comunicação Nacional era aguardada com muita curiosidade, apesar de muito do seu conteúdo já ser conhecido e que apesar de uma possível inconveniência política de sua divulgação não convinha a situação de isolamento e que a divulgação antes da COP10 seria aconselhável.

O Dr. Miguez comunicou que havia sido enviada uma informação ao Presidente da República e que assim que houvesse uma decisão a minuta da Comunicação seria enviada aos membros da Comissão.

7. Outros assuntos

O representante do Ministério da Agricultura mencionou a necessidade de estabelecimento de uma agenda das discussões internas e externas da Comissão e que o Ministério da Agricultura estava criando uma comissão interna para deliberar sobre as posições a serem trazidas à Comissão Interministerial.

O Dr. Miguez observou que as datas de reunião da Convenção do Clima assim como o calendário de reuniões da Comissão estavam disponíveis na página na Internet. Observou também que o MRE sempre organiza reuniões preparatórias para as reuniões internacionais e reuniões posteriores de análise de resultado.

O Conselheiro André do Lago ressaltou a importância e proximidade da COP 10 e estaria convocando várias reuniões preparatórias.

O Dr. Miguez informou sobre dois projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre Mudança do Clima, de interesse da Comissão de autoria do Deputado Ronaldo Vasconcelos e do Deputado Eduardo Paes.

Informou também sobre carta recebida do Secretariado da Convenção sobre a necessidade de enviar modelo de carta de aprovação oficial e assinatura autorizada.

O representante do Ministério das Cidades solicitou esclarecimento sobre o fundo do PNUD para promoção do MDL. O Secretário Executivo informou que havia enviado expediente a todos os ministérios sobre a questão, tendo recebido resposta apenas do Ministério das Cidades e que estaria enviando resposta ao PNUD na semana seguinte, incluindo apenas as propostas do Ministério das Cidades e do projeto do MCT com o Banco Mundial.

O Prof. Cylon Gonçalves da Silva, Secretário de Políticas e programas de Pesquisa e Desenvolvimento e representante do MCT na Comissão, passou a acompanhar nesse momento a reunião, desculpando-se por não ter podido comparecer desde o seu início. Informou aos presentes que o Ministro Eduardo Campos havia recebido uma delegação de parlamentares incluindo a Senadora Serys Slhessarenko e o Deputado Ronaldo Vasconcellos e que esses parlamentares manifestaram preocupação com os termos da carta de aprovação de projetos de MDL e com o fato de alguns governos não estarem aceitando a carta. Observou que o Ministro Eduardo Campos havia sido enfático no sentido de não modificação dos termos da carta.

Não havendo mais assuntos a tratar o Prof. Cylon encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.